

Dívida externa, um dramático desafio para o governo

GAZETA MERCANTIL

Herbert Levy*

Quando, há uns cinco anos, nos visitou o chanceler do Exchequer da Grã-Bretanha, ele disse claramente



que o problema da dívida externa brasileira fora resolvido de forma corrupta, porque o País se comprometera além de suas possibilidades, agravando sua situação básica. Essa surpreendente declaração explicava por que o Brasil se havia sujeitado a um procedimento ruinoso, imposto pelo FMI, de comprimir o crédito e elevar fortemente as taxas de juro, provocando grande recessão, ao mesmo tempo que pagava integralmente os juros da dívida externa.

Essa recessão foi uma das piores que o Brasil já conheceu, com ampla quebra de empresas e o desemprego atingindo, cifras oficiais do Ministério do Trabalho, quatro e meio milhões de trabalhadores. Tomando por baixo quatro pessoas por família, cerca de dezoito milhões de brasileiros foram pressionados para a área de pobreza absoluta, com dificuldade para a simples compra de alimentos. Houve uma explosão das favelas e a proletarização da classe média. Em 30 de outubro de 1984, a convite do diretor do Institute of International Economics, prof. Fred Bergsten, fui *guest-speaker* em almoço dessa organização em Washington. O professor Bergsten já ouvira minhas idéias em minha casa, em São Paulo, e disse-me para expô-las com toda a liberdade. Assegurava-me um auditório do nível mais alto que se possa reunir nos Estados Unidos, com a presença de 25 a 30 personalidades. Só que o Institute bateu o recorde de audiência quando fiz minha palestra.

Compareceram cinquenta e sete personalidades, não só porque o Brasil estava muito em foco como porque no convite que remeteu aos associados, Fred Bergsten pôs-me nas nuvens, despertando curiosidade entre os futuros ouvintes. Relembro o que disse, ainda uma vez. A dívida externa brasileira era injusta, primeiro porque a elevação das taxas de juro de 6 1/4% a.a. para 20,45% deveu-se a uma pressão inábil do Tesouro americano no mercado financeiro, para a compra de dólares a todo o vapor para cobrir seus grandes déficits orçamentário e da balança comercial. Em 1984, o total da nossa dívida era de 92 bilhões de dólares. Pois só a pressão de alta do Tesouro americano aumentou em 20 bilhões de dólares o montante de nossa dívida.

Expus isso também com toda a franqueza ao vice-presidente Bush, quando veio preparar a visita do presidente Reagan e repeti a este pessoalmente minha crítica à ação do Tesouro. Ambos levaram a crítica a sério e agradeceram. O fato é que um ano depois as taxas baixaram de 20,45% para 12,13%, sem que o Tesouro americano deixasse de comprar os dólares de que necessitava, mas fazendo-o com mais habilidade.

Levantei um segundo ponto em minha palestra de Washington: lembrei que, em 1944, antes do término da guerra, em Bretton Woods, Estados Unidos, reuniram-se os representantes das democracias para ordenar a economia mundial no térmi-

no do conflito. Uma regra fundamental estabelecida era a de não permitir que uma nação, por práticas de cartel ou manipulações cambiais, prejudicasse outra no seu intercâmbio.

Perguntei ao auditório o que havia de mais grave do que 13 nações reunidas em cartel na OPEP, depois de, justamente, lutarem contra os preços baixos do petróleo de 1,77 e 2,77 dólares por barril, nos anos de 1971 a 1973, tendo já obtido justiça em 1975, quando os preços alcançaram 10,40 dólares por barril, pegaram o freio nos dentes e levaram o preço até 40 dólares o barril?

Mas nenhuma instituição internacional fundada em Bretton Woods moveu um dedo para impedir essa puxada, levando a economia do mundo livre a um quase colapso.

Em consequência, o Brasil teve um crescimento a maior em sua dívida com as importações de petróleo de 30 bilhões de dólares. Isto é, somando a alta dos juros, teve um aumento indevido de 50 bilhões de dólares numa dívida total de 92 bilhões de dólares em 1984, mais de 50%. Esse aumento foi injusto e indevido.

Seguiu-se uma sessão de perguntas e respostas, com a participação de grandes personalidades financeiras presentes. E, no final, contra a praxe, fui brindado com uma salva de palmas, quando era um representante do maior devedor defendendo seus interesses diante de auditório de mais alto nível do maior credor!

Sempre que relatei esses fatos a presidentes e ministros, desde 1984, encontrava uma disposição firme dos mesmos de corrigir devidamente essa posição. Mas nada foi feito.

Continuamos fazendo pagamentos injustos e altamente negativos para a economia brasileira. Até Collor. Foi este governo quem primeiro tornou claro, com firmeza e dignidade, que os pagamentos só poderiam ser feitos na medida em que não prejudicassem o desenvolvimento brasileiro e não interferissem no combate à inflação.

Essa atitude tem-se mantido inalterada através dos vários encontros e discussões com os credores, com louvável firmeza. Mas chega uma hora em que, insuspeitamente, entendo que é preciso encontrar soluções para a dívida, para não manter os credores numa espécie de limbo, sem nada resolvermos e criando sérias dificuldades para eles, também pelo exemplo que damos aos outros devedores.

É preciso fazer um esforço sério para encontrar uma saída. E a que se apresenta em condições de atender o interesse das duas partes seria usar a dívida externa como instrumento efetivo de investimento no País, preferencialmente através da privatização de estatais, porque dessa forma os dólares podem ser utilizados com um desconto justo, para aquisição das ações dessas estatais.

Com isso, não será necessário emitir cruzeiros para a compra de ações, o que prejudicaria o combate à inflação.

Creio que o governo tem o dever e o País o interesse de um esforço concentrado nesse sentido, para pôr fim, ao mesmo tempo, ao impasse do problema da dívida.

* Presidente do Conselho de Administração e diretor-responsável deste jornal.